

ATLETAS BRASILEIROS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ (MF) 12.610.165/0001-64
NIRE: 41.300.080.011

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (AGO/E) A SEREM REALIZADAS EM 29/04/2014

Curitiba, 31 de março de 2014.

Senhores acionistas,

A Atletas Brasileiros S.A. ("Companhia"), nos termos que dispõe a legislação pertinente e o Estatuto Social, com o objetivo de atender aos interesses da Companhia, vem através da presente, apresentar a Proposta da Administração da Companhia ("Proposta"), e propor aos senhores, em razão das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (AGO/E) a serem realizadas em 29 de abril de 2014, as matérias a serem deliberadas:

I – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Apreciação das contas referentes ao exercício findo em 31/12/2013

As Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31/12/2013, publicadas em 27/03/2014 no "Jornal Indústria e Comércio" (Curitiba-PR) e no "Diário Oficial do Estado do Paraná" e, também, estão disponíveis nos *websites* da Companhia (www.atletasbrasileiros.com) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

As Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes foram aprovados pelos administradores da Companhia.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia (item 10 do Formulário de Referência – FRE), atendendo ao disposto na Instrução N° 480, de 07/12/2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, estão no ANEXO II à presente Proposta.

2. Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013

Considerando que a Companhia está no início das operações e apresenta prejuízos acumulados não há proposta de pagamento de dividendos.

As informações relativas ao Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 estão disponíveis no Anexo I desta Proposta.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Considerando o atual momento da Companhia e a previsão constante do item 5.5 do Estatuto Social, a proposta é pela reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, cujo mandato expirou em 12/03/2014.

As informações dos Membros do Conselho de Administração a serem reeleitos, de acordo com exigência do artigo 10 da Instrução CVM Nº 481, exigidas pelos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência – FRE, estão incluídas no ANEXO III.

4. Remuneração dos Administradores

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) em 07 de maio de 2012 todos os conselheiros e diretoria estatutária renunciaram a toda e qualquer remuneração prevista em reuniões ou assembleias anteriores, inclusive a remuneração prevista na Assembleia Geral de Constituição (AGC).

A partir daquela data todos os membros eleitos para ocupar cargos no conselho de administração e na diretoria renunciaram a toda e qualquer remuneração.

A Companhia, levando em consideração:

- (i) sua própria condição de Companhia em estágio inicial de desenvolvimento;
- (ii) as incertezas de quando a Companhia iria gerar receitas compatíveis para remunerar seus executivos;
- (iii) a natureza cíclica destas receitas em seu modelo de negócios cuja sazonalidade obedece inclusive a apenas duas janelas de transferência de jogadores determinadas pela FIFA; e
- (iv) que fixar remuneração fixa, ainda que não arcasse com ela imediatamente, gera custos sociais e previdenciários que implicam contingenciamento contábil;

propõe pela renúncia de remuneração, de forma que esta prática perdure até o encerramento do exercício fiscal em 31 de dezembro de 2014.

II – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Alteração de endereço da Companhia

Visando melhor adequação da localização da Companhia a administração propõe a alteração do endereço de sua sede para outro local.

2. Consolidação do Estatuto Social em face da alteração de endereço da Companhia

ANEXO I:

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Instrução CVM 481/09 – Anexo 9-1-II)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Foi apurado prejuízo de R\$ 554.000,00 no exercício de 2013.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

No exercício de 2013 não houve qualquer tipo de distribuição durante o mesmo.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	Prejuízos Apurados (milhares de reais)
Exercício encerrado em 31/12/2013	R\$ 554
Exercício encerrado em 31/12/2012	R\$ 368
Exercício encerrado em 31/12/2011	R\$ 63

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Nos três últimos exercícios, não houve distribuição de dividendos em virtude dos prejuízos apurados, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Não aplicável.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6404/75, ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado
Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção
Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva
Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação
Não aplicável.

ANEXO II:

Em cumprimento ao artigo 09º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Atletas Brasileiros S.A. ("Companhia") fornece, abaixo, as informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, a que emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estão sujeitos:

10. Comentários dos Diretores

10.1 Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício 2013:

O Emissor é uma companhia constituída em 07 de junho de 2010 e encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento. A partir de junho/2013 a Companhia passou a ser operacional, tendo sido feitas algumas negociações de direitos econômicos, vendas e aquisição, e, com isso passou a gerar receitas operacionais.

Até dezembro/2013 a Companhia obteve uma receita operacional de R\$ 335 mil.

O resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, incluindo a amortização dos direitos econômicos de foi de prejuízo de R\$ 554 mil.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

O capital social da Companhia é de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil) reais, sendo representado por 90.000 (noventa mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A estrutura de capital da Companhia desde sua constituição até a data deste Formulário de Referência é composta 100% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2013 o Patrimônio Líquido da Companhia é de R\$ 695 mil, sendo o Valor Patrimonial por Ação de R\$ 7,72.

Não havia previsão de resgate de ações ou amortização.

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipóteses de resgate de ações além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Durante os últimos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não recebeu empréstimos nem assumiu quaisquer outros compromissos financeiros relevantes que comprometam sua capacidade de pagamento.

Em 2013, a Companhia tomou empréstimo de R\$ 72 mil através de operações de mútuos concedidas pelo acionista controlador, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades iniciais e normais da Companhia.

As operações estão suportadas por contratos de mútuo, com vencimento para 31 de dezembro de 2014, sem previsão de encargos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Durante os últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, as únicas fontes de financiamento do Emissor eram os recursos dos acionistas.

Em 2013 a Companhia efetuou vendas de direitos econômicos parciais no valor de R\$ 335 mil e obteve também a concessão de empréstimo de seu acionista controlador no valor de R\$ 72 mil.

Em um futuro próximo a Companhia pretende viabilizar a utilização de outras fontes de financiamento, incluindo:

- (i) A geração de mais recursos em decorrência do aumento de receitas advindas das atividades operacionais;
- (ii) A obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos, especialmente linhas de financiamento como as oferecidas pelo BNDES; e (iii) A obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para financiar a cobertura de eventuais deficiências de liquidez a companhia pretende utilizar recursos do acionista controlador ou de acionistas relevantes na forma de contratos de mútuo, se for o caso.

A Companhia poderá utilizar outras fontes de financiamento, incluindo:

- (i) a geração de recursos próprios em decorrência do desenvolvimento de nossas atividades operacionais;
- (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos, especialmente linhas de financiamento do BNDES; e
- (iii) aproveitando a nossa condição de companhia aberta, a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas (private placement) ou de oferta pública de ações.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não recebeu empréstimos nem quaisquer outros compromissos financeiros relevantes assumidos que comprometam sua capacidade de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia devia ao sócio controlador o valor de R\$ 72 mil relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades iniciais e normais da Companhia.

As operações estão suportadas por contratos de mútuo, com vencimento para 31 de dezembro de 2014, sem previsão de encargos financeiros.

- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas ao Emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável, pois não foi contratado qualquer financiamento.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alteração significativa nas demonstrações financeiras do Emissor.

10.2 Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do Emissor, em especial a descrição de quaisquer componentes importantes da receita, bem como quaisquer fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A partir de junho de 2013, com a primeira venda de direitos econômicos, o Emissor passou a ser uma companhia operacional. A Companhia obteve receita de R\$ 335 mil decorrente de venda de direitos econômicos parciais de atletas durante o exercício de 2013.

O Custo dos direitos econômicos negociados foi de R\$ 15 mil.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O componente principal da receita da companhia é a venda de direitos econômicos de atletas que de propriedade da companhia.

O reconhecimento da receita se dá assim que é celebrado entre as partes interessadas, cedente (companhia, detentora do direito) e cessionário (adquirente do direito), o Instrumento Particular de Garantia de Remuneração Futura sobre Transferência Definitiva de Atleta de Futebol e Outras Avenças, mediante o qual a companhia transfere direito ao adquirente e, este remunera a companhia pela transferência do direito.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

O início das operações fizeram com que a companhia passasse a apresentar resultados positivos nos 2º, 3º e 4º trimestres.

Considerando que há uma “janela” de transferência de atletas por parte dos clubes de futebol e que, isto acontece geralmente no final e início de ano, até o período findo em 31/12/2013 foram poucas negociações ocorridas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c) impactos:

(i) impacto da inflação:

Não aplicável.

(ii) impacto da variação de preços dos principais insumos e produtos:

Não aplicável.

(iii) impacto do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional da Companhia:

Não aplicável.

(iv) impacto do câmbio e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia:

Não aplicável.

10.3 Efeitos relevantes nas DF's

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A partir de junho/2013 o Emissor passou a ter receitas decorrentes de sua atividade principal. Além da atividade principal do emissor, não ocorreu introdução nem alienação de nenhum segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, uma vez que o Emissor ainda não constituiu controlada ou adquiriu ou alienou qualquer participação societária em outras sociedades.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras em virtude da nossa condição de companhia pré-operacional.

10.4 Mudanças práticas cont./ Reservas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Com o advento da Lei no 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009, parte exigível em 2009 e demais com aplicação exigível a partir de 2010.

A Companhia foi constituída em **07 de junho de 2010** e elaborou o seu balanço de abertura em **30 de junho de 2010** e no encerramento deste exercício social apresentou suas demonstrações financeiras consolidadas já de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com políticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas não refletidas nas demonstrações financeiras.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5 Políticas contábeis críticas

Apesar de a companhia ter sido fundada em 2010, obtido seu registro na CVM em 2012, somente neste exercício, a partir de março de 2013, começou efetivamente a operar, inicialmente com a aquisição de direitos econômicos de atletas, que começaram a gerar recursos econômicos a partir de junho/2013, quando começaram a ser negociados.

Entendemos que a principal política contábil crítica é a questão da avaliação destes direitos cujas vendas, quando realizadas, poderão gerar lucros significativos. No entanto, as próximas aquisições de novos direitos econômicos poderão ocorrer por custos maiores que a aquisição inicial.

Nosso desafio é procurar avaliar da forma mais correta possível estes ativos, que são nossa principal fonte de recursos.

Ativo não Circulante - Intangível

A Companhia é proprietária de Direitos Econômicos de Atletas, originários da aquisição de direitos econômicos, em sua maioria parciais, em virtude de outros detentores privados, igualmente parciais, oriundos dos contratos de jogadores de futebol, referente a 56 atletas.

Os direitos econômicos foram adquiridos inicialmente, mediante Contrato de Cessão Integral dos Direitos Econômicos Oriundos de Contratos de Atletas de Futebol e Outras Avenças, celebrado com o PARANÁ CLUBE, em 22 de março de 2013, e, posteriormente ocorreram movimentações de substituições, aquisições e vendas parciais.

Os valores de aquisição foram amortizados de acordo com o prazo de término de contrato de cada atleta com o detentor dos direitos federativos, no caso o Paraná Clube.

No final do exercício foi avaliada a possibilidade de não recuperação econômico-financeira do valor residual de cada atleta individualmente e constatou-se que todos são recuperáveis

10.6 Controles internos

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições nos controles internos da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências ou recomendações sobre controles internos nos relatórios de auditoria independente.

10.7 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não foram realizadas até a data deste Formulário de Referência ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pelo Emissor.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas DF's

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não aplicável.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.9 Coment. s/ itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b) natureza e o propósito da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10 Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia possui um escritório em Curitiba- PR e está qualificada para atuar efetivamente e especificamente no segmento de comércio de direitos econômicos de jogadores de futebol, mediante:

- (i) disponibilização de know-how para a avaliação e triagem de direitos econômicos de atletas que se constituam em projetos economicamente viáveis para a companhia;**
- (ii) disponibilização de capital para a aquisição destes direitos; e ainda**
- (iii) formação de uma carteira de possíveis compradores destes direitos para posterior revenda.**

A companhia encerrou o exercício social em 31/12/2013, com um portfólio relativo aos direitos econômicos de 56 atletas, em sua maioria parciais, em virtude de outros detentores igualmente parciais privados, oriundos dos contratos de jogadores de futebol.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A companhia pretende utilizar recursos do acionista controlador ou de acionistas relevantes na forma de contratos de mútuo, se for o caso, a fim de financiar seus investimentos. Do mesmo modo, a Companhia poderá utilizar outras fontes de financiamento, incluindo:

(a) a geração de recursos próprios em decorrência do desenvolvimento de nossas atividades operacionais;

(b) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos, especialmente linhas de financiamento do BNDES; e

(c) aproveitando a nossa condição de companhia aberta, a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas (private placement) ou de oferta pública de ações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não tinha desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realizá-los.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia (desde que já divulgada).

Não aplicável, uma vez que não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento, divulgadas ou não.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há projetos em desenvolvimento, divulgados ou não.

10.11 Outros fatores c/ influência relevante

Nossa estratégia pode não lograr êxito e, nesse caso, podemos não conseguir proceder em tempo hábil às alterações necessárias. No momento, não temos certeza sobre a data em que poderemos realizar nossos investimentos nem sobre o preço que poderemos pagar pelos investimentos efetuados.

Além dos acima identificados, não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

ANEXO III:

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome CPF	Idade Profissão	Orgão administração Cargo eletivo ocupado	Data da eleição Data de posse	Prazo do mandato Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
PAULO CESAR ACADROLLI 703.556.069-68	48 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/03/2013 22/03/2013	12/03/2014 Sim
Além do cargo de Conselheiro o Sr. Paulo Cesar não ocupa outros cargos na Companhia.				
MIGUEL ÂNGELO RASBOLD 434.757.600-53	47 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/03/2013 12/03/2013	12/03/2014 Não
Além do cargo de 1º Vice Presidente do Conselho de Administração e Conselheiro Independente, o Sr. Miguel não ocupa outros cargos na Companhia.				
NIVALDO RAMALHO DE OLIVEIRA 324.023.769-53	54 Contabilista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/11/2013 11/11/2013	12/03/2014 Sim
Além do cargo de Conselheiro o Sr. Nivaldo não ocupa outros cargos na Companhia.				
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO NOVAES 021.876.811-73	25 Bacharel em Direito	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/11/2013 11/11/2013	12/03/2014 Não
Além do cargo de Conselheiro Independente o Sr. Pedro não ocupa outros cargos na Companhia.				
FLAVIO LIMA CORREIA 705.201.517-04	52 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/11/2013 11/11/2013	12/03/2014 Não
Além do cargo de Conselheiro Independente o Sr. Flávio não ocupa outros cargos na Companhia.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
ARYON ALEX CORTIANO - 022.528.079-54				
Bacharel em Ciências Contábeis na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) em 2003, pós graduação em Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).				
O Sr. Aryon é Contador com vasta experiência atuando desde 1997 na Controle Assessoria Contábil Ltda., empresa de terceirização de serviços de contabilidade, constituída por profissionais de larga experiência nas áreas Contábil, Tributária, Fiscal e Trabalhista.				
Nos últimos 5 anos, o Sr. Aryon não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.				
PAULO ALAOR FONSECA DA SILVA - 312.293.548-16				
Possui pós graduação em Gestão de Negócios pela UNIFAE e graduação em Administração de Empresas com ênfase em Comércio Exterior obtida na Universidade São Francisco. Trabalhou no Banco Bradesco, tem experiência no mercado financeiro desde 2002, com diversos cursos na área. Foi professor universitário na Universidade Anhanguera.				
Nos últimos 5 anos, o Sr. Paulo não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.				
JULIANO FRANÇA TETTO - 018.740.929-31				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome CPF	Idade Profissão	Orgão administração Cargo eletivo ocupado	Data da eleição Data de posse	Prazo do mandato Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
ARYON ALEX CORTIANO 022.528.079-54	36 Contador	Pertence apenas à Diretoria Diretor Financeiro	02/04/2013 02/04/2013	02/04/2014 Sim
Além do cargo de Diretor Financeiro o Sr. Aryon não ocupa outros cargos na Companhia.				
PAULO ALAOR FONSECA DA SILVA 312.293.548-16	30 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	01/10/2013 01/10/2013	01/10/2014 Sim
Além do cargo de Diretor de Relações com Investidores o Sr. Paulo Alaor não ocupa outros cargos na Companhia.				
JULIANO FRANÇA TETTO 018.740.929-31	37 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	02/04/2013 02/04/2013	02/04/2014 Sim
Além do cargo de Diretor Presidente o Sr. Juliano não ocupa outros cargos na Companhia.				
TALES DE SODRÉ E MACEDO 878.016.639-34	41 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	02/04/2013 02/04/2013	02/04/2014 Sim
Além do cargo de Diretor Vice Presidente o Sr. Tales não ocupa outros cargos na Companhia.				
GIOVANI CAMARGO LINKE 048.219.579-73	29 Tecnólogo em Sistemas de Informação	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Operações	10/12/2013 09/01/2014	02/04/2014 Sim
Além do cargo de Diretor de Operações o Sr. Giovanni não ocupa outros cargos na Companhia.				
SERGIO RENATO SINHORI 233.271.979-20	58 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	22/03/2013 22/03/2013	12/03/2014 Sim
Além do cargo de Presidente do Conselho o Sr. Sérgio não possui outros cargos na Companhia.				
PETERSON MUZIOL MOROSKO 025.313.019-09	38 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	22/03/2013 22/03/2013	12/03/2014 Sim
Além do cargo de 2º Vice Presidente do Conselho o Sr. Peterson não ocupa outros cargos na Companhia.				
AQUILINO ROMANI 345.812.279-68	57 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/03/2013 22/03/2013	12/03/2014 Sim
Além do cargo de Conselheiro o Sr. Aquilino não ocupa outros cargos na Companhia.				
ERNANI DE SOUZA CUBAS JÚNIOR 231.415.499-15	60 Procurador de Justiça	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/03/2013 22/03/2013	12/03/2014 Sim
Além do cargo de Conselheiro o Sr. Ernani não ocupa outros cargos na Companhia.				